

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Ano XIII - N.º 84 - Janeiro / Fevereiro de 2013



AUDITORIA RECEBE REFORÇOS

08

Ranna ressalta os
resultados de 2012

03

Controle interno
deve ser prioritário

04

A PRIMEIRA REFORMA, DESDE A INAUGURAÇÃO

Pela primeira vez desde que foi inaugurado, em 1991, o edifício-sede do Tribunal de Contas passará ao longo deste ano por ampla reforma destinada principalmente à recuperação estrutural de pilares, vigas, cortinas e lajes, readequação de instalações elétricas, reforma de calçada, rampas e escada principal de acesso e reparos no telhado.

As obras começam pelo primeiro pavimento em razão de que nele se concentra a maior parte das avarias, principalmente nos pilares. A um custo de R\$ 1.023.721,93, a reforma tem prazo de execução de 360 dias e será realizada pela Dual Engenharia Ltda., vencedora da licitação.

De acordo com a arquiteta Luciana Caldas, da área de Manutenção e Obras, foi o

Tribunal quem produziu os projetos arquitetônicos básicos, as especificações técnicas, o cronograma físico e a planilha orçamentária relativos à execução das obras.

As antigas divisórias do primeiro pavimento serão trocadas e as instalações elétricas reformadas, com substituição de interruptores e tomadas se necessário, dependendo de seu estado de conservação. Os vãos que abrigam os aparelhos de ar-condicionado vão ser vedados com placas em gesso acartonado para evitar entrada de ar. O edifício será inteiramente pintado, por dentro e por fora. Serão igualmente reformadas a calçada externa, que será adequada às normas da Prefeitura de Vitória, as rampas de acesso de veículos e a escadaria. ▀



LUCIANA CALDAS
área de
Manutenção e
Obras

EXPEDIENTE



Rua José Alexandre Buaiz, 157
Enseada do Suá, Vitória, ES
CEP 29050-913
Tel.: (27)3334-7600
www.tce.es.gov.br

PRESIDENTE

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

VICE-PRESIDENTE

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

CORREGEDOR-GERAL

Domingos Augusto Taufner

OUIDOR-GERAL

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

CONSELHEIRO

José Antônio Almeida Pimentel

AUDITORES

Márcia Jaccoud Freitas
João Luiz Cotta Lovatti
Marco Antônio da Silva
Eduardo Perez

PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Luís Henrique Anastácio da Silva

PROCURADORES

Luciano Vieira
Heron Carlos Gomes de Oliveira

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira

ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES)

CONSELHO EDITORIAL

Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira
Andrea Norbim Beconha
Raimundo Nonato Portela de Medeiros
Fábio Vargas de Souza
Odilson Souza Barbosa Júnior
Luís Filipe Vellozo Nogueira de Sá
Márcio Batista Marinot
Lygia Maria Sarlo Wilken

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Orlando Eller - MTb 036/79
Mariana Natalli Montenegro - MTb 2621/ES

Laila Carolina Pontes - ES011682JP
Clarissa Scardua Dutra - MTb 1977/ES
Sílvia Gonçalves - ES016811
José Luiz Gobbi

PROJETO GRÁFICO

Balaio Comunicação e Design

EDITORAÇÃO



Comunicação **IMPRESSA**

Av. Luciano das Neves, 209
Ed. Don Estevam - Salas 208/209 - Centro
29100-201 - Vila Velha - ES
E-mail: imprensa@impresaweb.com.br
Tels.: (27)3319-9062 / 3229-0299

FOTOS

Laila Carolina Pontes

IMPRESSÃO

Gráfica Quatro Irmãos Ltda.
Av. Frederico Grulke, 1285,
Centro, Santa Maria de Jetibá - ES,
CEP 29645-000

RANNA DESTACA EFETIVIDADE DO CONTROLE

Ações de controle externo realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) no ano passado evitaram desperdício de cerca de R\$ 300 milhões. “Essa economia promovida pelas nossas ações é três vezes superior ao orçamento da Corte para o período”, disse o presidente Carlos Ranna ao destacar a busca pela efetividade no controle externo.

Ele ressaltou que o processo de modernização por que passa o Tribunal é fruto da comunhão de seus membros, que apoiam a adoção de novos instrumentos de controle e jurisdição. “Os ganhos registrados foram possíveis graças ao trabalho integrado e comprometido dos conselheiros. As futuras ações, planejadas e em curso, serão igualmente resultado deste mesmo propósito”, afirmou Ranna.

O presidente destacou também o desempenho da área técnica, pelo qual foi possível reduzir o estoque de processos em 2012. No início do ano passado, havia acúmulo de 11,5 mil processos. Somados aos 7,5 mil abertos durante o ano, 19 mil processos circularam na Corte. Após ações de gerência, com a realocação de pessoal e aumento da produtividade, o número caiu em 10,3 mil, restando 8,7 mil em tramitação.

“Há um corpo técnico competente e motivado. Isso permitiu que o Tribunal acelerasse as análises e reduzisse sensivelmente o estoque de processos, mas sem abrir mão da qualidade da auditoria e do direito de ampla defesa”, disse.

Ranna ainda destacou a mudança de imagem da Corte. “Em 2012 nosso principal desafio foi o resga-

'NOSSO MAIOR DESAFIO FOI RESGATAR A IMAGEM DO TRIBUNAL. AGORA VAMOS INVESTIR EM ORIENTAÇÃO'

te da credibilidade. Somos hoje um órgão transparente. Se fiscalizamos, temos que ser exemplo. Para 2013, continuaremos avançando. Teremos como foco principal a orientação aos novos gestores. O Tribunal está de portas abertas para os que desejam fazer o correto. Vamos orientar bem para fiscalizar com rigor”, disse o presidente.

CAUTELARES

O Tribunal concedeu no ano passado 58 medidas cautelares que envolviam recursos da ordem de R\$ 1 bilhão. Foram 26 a mais que no ano anterior.

A Corte já adotava a medida cautelar, mas com base no poder geral de cautela concedida pelo Supremo Tribunal Federal. Entretanto, por incluí-la como instrumento de controle em sua nova Lei Orgânica, aprovada no ano passado, passou a utilizá-la com maior assiduidade.

“A cautelar auxilia a efetividade das ações de controle externo e pode prevenir grave lesão ao erário. A ação da Corte passa a ser mais rigorosa no controle e fiscalização dos recursos públicos”, disse Odilson Souza Barbosa Junior, secretário geral das Sessões. ▀

Ranna creditou ao comprometimento de conselheiros e técnicos os ganhos positivos auferidos pela Corte no ano passado





II SEMINÁRIO DE ORIENTAÇÃO AOS PREFEITOS

Os novos gestores expuseram as dificuldades encontradas, muito atentos à orientação do Tribunal

CONTROLE INTERNO DEVE SER PRIORITÁRIO

A adoção de sistema de controle interno pelas prefeituras e câmaras foi a principal recomendação feita pelo Tribunal de Contas durante o II Seminário de Orientação aos Prefeitos. Realizado em parceria com a Amunes, o evento reuniu mais de 240 interessados.

O presidente Carlos Ranna justificou a recomendação ao afirmar que o controle interno auxilia na tomada de decisões e evita desperdícios e possíveis fraudes. “A administração só funcionará com eficiência se o prefeito se comprometer a instalar um controle interno que tenha carta branca para atuar. O auditor tem que ter acesso a todos os documentos, processos e informações. Assim, poderá agir de forma preventiva, evitando que ocorram falhas”, afirmou.

Na ocasião, o presidente anunciou

“
**A ORIENTAÇÃO
PREVINE ERROS,
EVITA DESPÉRDÍCIOS,
ECONOMIZA
RECURSOS E
ENCURTA CAMINHOS**
”

que o prazo previsto para adoção do sistema pelos municípios fora ampliado em seis meses em razão de que várias administrações anteriores não haviam cumprido o cronograma determinado pelo Tribunal. Pelo mesmo motivo, foi também adiado em seis meses o prazo para inserção de dados no Geo-Obras, o sistema de acompanhamento da execução

de obras e serviços de engenharia.

A Amunes encaminhou ao Tribunal uma relação de dificuldades observadas pelos novos gestores, solicitando que lhes fossem dadas orientações técnicas. O presidente da Corte recomendou que os gestores detalhem, em notas explicativas, todas as dificuldades encontradas no momento da prestação de contas. Esta atitude permitirá que o Tribunal analise de forma concreta os dados enviados.

“A orientação previne erros, evita desperdícios, economiza recursos e encurta caminhos. Isso também se reflete no desempenho eleitoral no futuro, já que a população exige gestão de qualidade”, destacou ele. O presidente da Amunes, Eliezer Rabelo, disse que o evento ofereceu recomendações que, se consideradas, →

evitarão que o dinheiro público seja gasto de forma equivocada.

ORIENTAÇÕES

Com base nas dificuldades apresentadas pelos novos prefeitos, que destacaram falta de receita e elevadas despesas, o secretário de Controle Externo, Márcio Marinot, recomendou que as novas gestões verifiquem a legalidade de licitações, contratos e pagamentos a vencer e tenham atenção com os restos a pagar e contratações de pessoal realizadas no final do mandato passado.

Sobre dívidas herdadas, Marinot sugeriu que os gestores busquem negociar com seus fornecedores melhores condições de pagamento. E orientou os prefeitos que queiram sucesso na administração que preparem um plano orçamentário em bases realistas, tenham prudência na geração de despesas permanentes (pessoal), evitem medidas que ampliem gastos com pessoal e realizem auditoria na folha de pagamento, dentre outras.

Ele ressaltou também ser necessária uma mudança cultural com a finalidade de tornar mais transparentes os atos da administração. Isso inclui dar ampla divulgação às contas e demonstrativos. “Dessa forma, vocês terão a sociedade como parceira nesse processo de desenvolvimento e crescimento”.

Provocado sobre regras para contratar e terceirizar assessoria e consultoria, o presidente Carlos Ranna explicou que é obrigação das administrações terem em seus quadros equipes profissionais, compostas de servidores efetivos, para realizar os serviços rotineiros.

À exceção só é permitida para finalidade específica, mesmo assim deve estar adequadamente justificada em suas necessidades. “Contamos

com a razoabilidade e o bom senso dos gestores”.

CÂMARAS

Os vereadores também foram convidados para participarem do seminário. O conselheiro-corregedor Domingos Taufner lhes apresentou o que diz a Constituição sobre o papel do Legislativo.

“As Câmaras passam por período de falta de credibilidade porque alguns vereadores não cumprem as suas funções constitucionais. Fiscalizar não é só fazer oposição. Fiscalizar é estar atento aos atos do Executivo,

agindo em prol do município”, disse o conselheiro.

Taufner lembrou que é possível fiscalizar os atos da administração, por requerimento de informação, por pedido de apuração em outros órgãos, como TCE-ES, Ministério Público e polícia, e pela instalação de comissão parlamentar de inquérito.

Segundo ele, devem ser analisados, dentre outros itens, compras, serviços e obras, bens vendidos pelo poder público, doação de terrenos, redução de tributos, liberação de construções e questões que envolvam o meio ambiente. ➤



ALGUMAS ORIENTAÇÕES

- 1 Preparar PPA, LDO e LOA em bases realistas, elegendo prioridades (investimentos e programas sociais)
- 2 Preparar programação financeira e metas de arrecadação, prevendo redução gradual de dívidas
- 3 Ter prudência na geração de despesas permanentes (pessoal)
- 4 Modernizar a administração tributária, sob ótica gerencial
- 5 Intensificar esforços de cobrança de dívida ativa e de fiscalização, utilizando cruzamento de informações
- 6 Tentar renegociar dívidas com fornecedores
- 7 Modernizar a gestão
- 8 Verificar possíveis reduções de renúncias e evitar novas (medidas legais)
- 9 Evitar ações que ampliem gastos com pessoal
- 10 Recuperar credibilidade e crédito
- 11 Realizar auditoria na folha de pagamento (de ativos e inativos), preferencialmente por meio do controle interno, e fazer avaliação criteriosa de acréscimos que possam ser revogados por lei

TRIBUNAL PREENCHE VAGA DE AUDITOR SUBSTITUTO

Com a posse de Eduardo Perez, em fevereiro, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) preencheu vaga que havia desde 2008 em seu quadro de auditores substitutos de conselheiro. Em seu discurso, o novo auditor falou da responsabilidade que assume como fiscalizador dos recursos públicos.

“Empreenderei todos os esforços, exercendo o cargo com dedicação e zelo. A sociedade exige cada vez mais uma resposta célere e eficaz”, disse Perez.

O presidente do TCE-ES, conselheiro Carlos Ranna, deu as boas vindas ao novato. “Recebemos com muita alegria o novo auditor. Ele chega num momento em que o Plenário está coeso. Temos atualmente uma composição que defende rigorosamente a boa aplicação dos recursos públicos. Há muito a caminhar e contamos com a ajuda dele”, afirmou.

Os auditores tem a função de substituir os conselheiros em casos de ausências, férias, impedimentos, licenças e afastamentos. Devem ainda relatar proposta de decisão, a ser apreciada em Plenário, dos processos a eles distribuídos. E participam de todas as sessões do Tribunal.

Realizada no Plenário da Corte, durante sessão ordinária, a posse solene contou com a participação dos conselheiros, auditores, do au-

ditor de Mato Grosso e vice-presidente da Associação Nacional dos Auditores (Audicon), Luiz Carlos Pereira, da secretária de Estado de Controle e Transparência, Ângela Silveiras, e do deputado estadual Claudio Vereza.

PERFIL

Aprovado em concurso realizado no ano passado, Perez é natural de São Paulo, mas morava em Santa Catarina havia dez anos, onde era delegado adjunto da Receita Federal e também assumiu funções de chefia. Ele ainda tem passagem pelo Tribunal de Contas do Município



Recebido pelos membros da Corte, o novo auditor Ed

do Rio de Janeiro.

O novo auditor do TCE-ES é formado em Engenharia Civil, Direito e Administração. Tem pós-graduação em Perícias de Engenharia e Avaliações e em Direito Processual Civil. →

ENTREVISTA



POR QUE O TRIBUNAL DE CONTAS É IMPORTANTE PARA A SOCIEDADE?

Porque garante a transparência e fiscaliza a correta aplicação dos recursos públicos.

O QUE FALTA À GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA, SOBRETUDO A MUNICIPAL?

Investimento em capacitação dos agentes públicos e profissionalização visando ao atendimento das leis e regulamentos para a boa gestão pública.

POR QUE O RECURSO PÚBLICO TENDE A RENDER MENOS QUE O PRIVADO?



Armando Perez tomou posse durante sessão ordinária

NADA IMPEDE QUE A GESTÃO PÚBLICA SE SIRVA DE TÉCNICAS E FERRAMENTAS USADAS PELA INICIATIVA PRIVADA PARA DAR MAIS EFICÁCIA ÀS SUAS AÇÕES

As empresas privadas são criadas com o objetivo de obtenção de lucro ao passo que o objetivo dos órgãos públicos é a prestação de serviço público. Mas nada impede que a administração pública se sirva de técnicas e ferramentas utilizadas pela iniciativa privada visando dar maior eficácia às suas ações.

POR QUE SE AVALIA TÃO POUCO A EFICÁCIA DOS RECURSOS APLICADOS?

Alguns serviços públicos são difíceis de serem mensurados, mas acredito que esta realidade venha se alterando e em pouco tempo te-

nhamos indicadores de gestão para melhor avaliar a eficácia na aplicação dos recursos.

EXISTE UMA RECEITA QUE ESTIMULE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA PÚBLICAS?

Não existe uma receita pronta para isso, pois cada caso deve ser analisado com suas particularidades. Entretanto, na maioria das vezes em que pretendermos melhorar a eficácia e eficiência necessariamente teremos de incrementar a capacitação de agentes públicos, implementar um sólido planejamento e aprimorar processos e procedimentos de trabalho.

PERFIL

- Graduado em Engenharia Civil, em 1996, pela Escola de Engenharia Mauá – São Caetano do Sul (SP)
- Graduado em Administração de Empresas, em 2000, pelo Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES) – São Caetano do Sul (SP)
- Bacharelado em Direito, em 2010, pela Faculdade União Bandeirante (Uniban) – São José (SC)
- Perícias e Avaliações, pela Fundação Armando Alvares Penteado – São Paulo (SP)
- Direito Processual Civil, pela Universidade Anhanguera-Uniderp – Florianópolis (SC)
- Prefeitura Municipal de Praia Grande (SP) – servidor efetivo
- Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – servidor efetivo
- Secretaria da Receita Federal do Brasil – auditor fiscal da Receita Federal concursado

ALÉM DA LEI, O QUE MAIS ORIENTARÁ SUAS ANÁLISES E SEUS VOTOS?

É imprescindível nunca perdemos de vista que qualquer ato administrativo deve ser direcionado ao que melhor atenda ao interesse público e meus atos serão elaborados neste sentido. ⚡

“
A SOCIEDADE EXIGE CADA VEZ MAIS UMA RESPOSTA CÉLERE E EFICAZ

”

EMPOSSADOS 35 NOVOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO

Uma turma de 35 auditores de controle externo tomou posse no Tribunal (TCE-ES) e chega animada para exercer as atividades de fiscalizadores do recurso público. Amigos e familiares prestigiaram a solenidade que contou, ainda, com uma palestra sobre Ética, do especialista Usiel Carneiro de Souza.

Em nome dos empossados, o novato Vitor Lessa disse estar empolgado. “Estamos muito animados para contribuir com a efetivação da nossa função de fiscalizar e orientar a correta aplicação do recurso público”. Lessa também parabenizou “pela realização de um concurso íntegro e transparente”.

Os auditores irão contribuir, segundo o conselheiro Carlos Ranna,

para a recomposição da força de trabalho da Corte. “Eles já demonstraram conhecimento técnico por serem aprovados em um concurso tão difícil. Agora vão encarar conosco o desafio de reduzir o estoque de processos e dar celeridade aos julgamentos”.

O empenho do corpo técnico da Corte já foi responsável pela significativa redução dos processos em tramitação. Em 2012 eram 11.582 processos aguardando apreciação. Atualmente, tramitam no TCE mais de 8,5 mil processos.

CERIMÔNIA

O presidente do TCE, conselheiro Carlos Ranna, leu o termo oficial de posse marcando o ingresso definitivo dos auditores à Corte. Ele apre-

sentou aos empossados os avanços conquistados nos últimos anos pelo Tribunal, como a aproximação com a sociedade por meio da transparência e do fortalecimento da comunicação, a gestão orientada a projetos, o aprimoramento da estrutura física, o aperfeiçoamento dos processos e o fortalecimento do Controle Interno.

A diretora-geral, Elizabeth Maria Klippel Amancio Pereira, deu as boas-vindas e parabenizou os servidores pela aprovação num concurso difícil. “Com essa conquista vocês já estão credenciados a ocupar a carreira de auditor de controle externo, uma carreira apaixonante que nos permite zelar pelo recurso público. O que esperamos de todos é o comprometimento com o resultado →



POSSE SOLENE DOS NOVOS AUDITORES

Presidente Carlos Ranna disse que os auditores vão encarar o desafio de reduzir o estoque de processos e acelerar o julgamento

do trabalho”, completou a diretora.

Na solenidade, os novos auditores também foram homenageados com a apresentação dos servidores que formam o Coral de Contas, sob a regência do maestro Claudio Modesto.

ÉTICA

O especialista Usiel Carneiro de Souza foi um dos destaques da cerimônia de posse com a palestra “Ética – o sucesso das escolhas”. Graduado em Administração e Teologia, Usiel falou sobre a importância de se construir uma estrutura moral para dar condições de sustentar decisões difíceis.

Para o especialista, existe uma tríade ameaçadora para a biografia das pessoas que é “lidar com dinheiro, poder e prazer”. Ele orienta: “Devemos ter nossas prioridades de vida definidas para nos orientar nas dificuldades e na escolha dos caminhos a seguir”.

O especialista deixou algumas dicas para o desenvolvimento da força moral que, para ele, possibilita uma vida equilibrada e ética: “Dar honra às nossas palavras, viver para deixar mais que um patrimônio, equilibrar tempo e papéis, amar pessoas e usar coisas e dizer não a si mesmo”.

Souza apresentou, ainda, aquilo a que chamou de fórmula do sucesso: “competência, somada a ética, multiplicado pela persistência”.

CONCURSO

Dos 35 novos servidores, cinco são para a área de Auditoria Governamental, seis para Ciências Contábeis, 12 para área de Direito, seis para Engenharia Civil e seis para Tecnologia da Informação. Os auditores recém-chegados preencheram vagas existentes do Tribunal que estavam disponíveis por conta da aposentadoria de pessoal. **▀**



LUCAS SALIM

Aos 24 anos, o caçula da turma é o mineiro Lucas Salim. Formado em Direito na PUC Minas, ele tem passagem como estagiário no Tribunal de Contas de Minas Gerais. “O trabalho aqui é bem específico e as pessoas chegaram com vontade de trabalhar. O Tribunal passa por um período de resgate da credibilidade, o que torna nossa função mais gratificante”.

ANDRÉ COELHO DE ALMEIDA

“Que a juventude possa trazer o dinamismo necessário para a melhoria do serviço público”.



BRUNO FARDIN FAÉ

“Temos um grupo que traz experiências de outros órgãos públicos, o que enriquece o trabalho no Tribunal de Contas. Por outro lado, temos um grupo jovem, com formação diversa e conhecimento em várias áreas. Assim, trazem um novo olhar, mais amplo”.

LUANA RAMOS

“Vamos levar eficiência, transparência e responsabilidade do nosso trabalho. Da mesma forma, exigir esses atributos dos gestores públicos, o que irá garantir, através do nosso trabalho, que os recursos públicos sejam bem aplicados”.



RICARDO ECHEVERRIA GROBERIO

Com passagem no Ministério Público Estadual, Ricardo afirmou que irá buscar sempre o interesse público e a aplicação correta da lei por parte dos jurisdicionados. “Temos uma responsabilidade grande de moralização. Esse é um trabalho constante”.

MURILO COSTA MOREIRA

Ex-estagiário da Secretaria Geral das Sessões, Murilo está de volta ao TCE-ES com foco em ajudar no combate à improbidade, “mal tão grande à sociedade. Ética é fundamental, principalmente em um órgão que fiscaliza os demais. Temos que ter a ética como norte”.



ÉTICA E RESPONSABILIDADE NO SERVIÇO

Robert Luther Salviato Detoni*

Um por cento (1%) da população tem o que 99% (noventa e nove por cento) necessitam. Como coisa alguma é ética se conduzida a prejuízo de outrem, com intenção egoísta, concluímos, diante do dado estatístico, que o mundo não é ético. Isso é um processo holístico e, pior, que se retroalimenta. Essa situação requer uma mudança de paradigma em relação aos valores éticos que a sociedade quer adotar. Algumas realidades da região em que estamos inseridos, a América Latina, dão o tom da necessidade de mudança:

- Numa família desmantelada pela pobreza, as chances de boa saúde e nível educacional são limitadas. A escolaridade será baixa; o acesso a um emprego estável, muito difícil; a renda esporádica é muito reduzida, e maior a possibilidade de se formar uma família com problemas semelhantes;
- 32% dos latinoamericanos vivem em favelas. Habitam em vivendas precárias, com infraestrutura e serviços inadequados, ocupação da terra irregular e superlotação;
- Em que pese a região produzir alimentos para três vezes sua população, 16% das crianças sofrem por desnutrição crônica.
- Várias pesquisas nos últimos anos têm mostrado que a alta desigualdade é prejudicial tanto para a economia quanto para a sociedade. Entre outras descobertas, inferiu-se que criam "armadilhas de pobreza", reduzem os mercados domésticos, baixam a capacidade de poupança nacional, levam muitos estudantes a abandonarem a escola e a receberem educação de má qualidade, geram múltiplas iniquidades na saúde, degradam a coesão social, causam severos conflitos, promovem a criminalidade e incentivam e facilitam a corrupção.

Em sentido abstrato, a "ética" é a reflexão que se faz sobre algo: bom ou mau, certo ou errado. Porém, ela

se manifesta, materializa-se pela conduta do homem. Se tivermos em mente que as instituições públicas e privadas são conduzidas e funcionam pela ação dos seres humanos, ou seja, pela manifestação de sua ética, as estatísticas ilustram a inobservância de valores éticos, fundamentais nas relações pessoais.

Pior: quando as praxes no mercado e nas instituições se tornam distorcidas, há uma disseminação desses valores antiéticos pela sociedade, incorporando-se no estilo de vida da população. Valores deteriorados geram sociedade deteriorada. Como romper esse processo? Punições, regras, supervisões, cooperações, entre outros, são meios para tentar resguardar a sociedade de desvios. O que importa, fundamentalmente, é realizar uma "inclusão ética" na sociedade.

O tema é muito profundo e, normalmente, aponta-se um único culpado: o governo (federal, estadual e municipal). E o mercado tem agido de forma ética? Pela fala do presidente americano, Barack Obama, não! Ele, ao analisar a crise de 2008 (oriunda do financiamento imobiliário americano), denunciou a falta de ética dos altos executivos na condução dos negócios. Isso é tão grave que, há alguns séculos, o pai da economia do livre mercado, Adam Smith, afirmou que os mercados devem ser regidos por valores éticos como honra, prudência, transparência, humanidade, justiça, generosidade, espírito público e confiança mútua.

Por sua vez, o Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen afirma: "Os valores éticos dos empresários e profissionais em uma sociedade são uma parte essencial dos ativos produtivos da sociedade". Ele afirma que, se seus valores éticos são construtivos – pró-desenvolvimento nacional, pró-crescimento compartilhado, pró-justiça social, pró-progresso tecnológico, pró-regras limpas do jogo, pró-transparência na gestão da administração pública e privada – então, são ativos. Se, no entanto, os valores que prevalecem são o enriquecimento ilícito, as práticas de corrupção e o desinvestimento no país, então são passivos improdutivos. Caberia a reflexão se, hoje, enxergamos mais ativos ou mais passivos no mercado?

Precisamos de um mercado ético! Precisamos também de governos éticos! Precisamos de um governo produtor de políticas que facilitem a mobilização →

"NECESSITAMOS QUE A COLETIVIDADE EXIJA A RESPONSABILIDADE ÉTICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE OS SERVIDORES PÚBLICOS SIRVAM AOS INTERESSES DA SOCIEDADE"

"A FISCALIZAÇÃO PODERIA INCLUIR ELEMENTOS QUALITATIVOS DA GESTÃO COMO FORMA DE SE MENSURAR O REAL RETORNO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A SOCIEDADE"

produtiva de toda a sociedade, formulador de políticas agressivas para combater a pobreza em prol da equidade; promotor e garantidor dos direitos à educação, à saúde, à habitação e ao emprego para todos; protetor do meio ambiente, descentralizado administrativamente, flexível, transparente, aberto, co-participante com a cidadania; impulsor de alianças estratégicas com a responsabilidade social empresarial e a sociedade civil.

Para tanto, devemos ter uma visão compartilhada do futuro, reconstruir a confiança, delinear as linhas de um novo modelo de desenvolvimento organizacional participativo e fomentar a capacidade do governo para articular interesses setoriais. Inicialmente, devemos acabar com a atual falta de lógica que existe em algumas instituições públicas, tais como hospitais que matam seus pacientes, escolas que formam ignorantes, aduanas que gerenciam o contrabando, repartições fiscais que complicam o sistema para extorquir o contribuinte, sistema judiciário que corrompe as sentenças, tribunais que fazem de conta etc.

Existe a necessidade de construir as competências do governo para fazer o que tem que ser feito. Não basta reconhecer que o governo é importante. Temos que considerar a questão das competências do governo, a construção institucional e a governança de processos. Conseguiremos transpor os desafios? Certamente não será com governos fracos e governantes medíocres. Será necessário liderança que assuma e imponha valores éticos, tanto ao governo quanto ao mercado.

Somos capazes de apontar os erros dos governos e acusá-los das mazelas sociais. Mas, pergunto: quem é o governo? Ora, o governo somos nós! Primeiramente, porque o Estado é um ente abstrato que se materializa em seus vários órgãos (repartições públicas) os quais são dirigidos por pessoas que, num regime democrático, são colocadas nessa posição por todos os cidadãos, uma vez que, mediante o voto, elegem seus representantes que indicam os nomes para dirigem tais órgãos.

Em segundo lugar, se somos funcionários públi-

cos, também representamos o governo, e temos uma enorme responsabilidade, pois estamos no dia a dia da gestão pública.

Enfim, necessitamos de políticas públicas que se comprometam com a causa pública e de empresas privadas que sejam realmente responsáveis socialmente; necessitamos que a coletividade exija a responsabilidade

ética nas políticas públicas e que os servidores públicos sirvam aos interesses da sociedade; necessitamos que as instituições de controle ampliem seu prisma de atuação, englobando aspectos do retorno das ações dos governantes em termos de benefícios para a sociedade.

Finalmente, como servidor público de um órgão que fiscaliza os recursos públicos, vejo sua importância nesse contexto. A fiscalização, hoje focada na legalidade, poderia incluir elementos qualitativos da gestão (efetividade do programa de governo, IDH – índice de desenvolvimento humano etc) como forma de se mensurar o real retorno da política pública para a sociedade.

Os trabalhos dos Tribunais de Contas devem inserir a verificação da efetividade do gasto público no atendimento ao interesse da coletividade, respondendo à pergunta: além do gasto ter obedecido aos ditames da lei, ele foi capaz de resolver algum problema da sociedade?

Não tenham dúvida, caros colegas da administração pública, que a mudança exige que lutemos por coisas melhores. Para isso, temos uma carreira pela frente para que, quando chegarmos ao fim, possamos declarar como o Apóstolo Paulo: “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. (2 Timóteo 4:7). Ou, parafraseando Bertolt Brecht: “Hay funcionarios públicos que luchan un día y son buenos. Hay otros que luchan un año y son mejores. Hay quienes luchan muchos años y son muy buenos. Pero hay los que luchan toda la vida: esos son los imprescindibles.”

Sejamos imprescindíveis! 

.....
**Robert Luther Salviato Detoni é mestre em Economia pela Ufes, pós-graduado em Engenharia Econômica e em Planejamento Fiscal e Auditoria Contábil. Ingressou no Tribunal de Contas do Espírito Santo em 1995, mediante concurso público, ocupando o cargo de auditor de Controle Externo. Exerce atualmente a presidência da Comissão de Ética da Corte e a coordenação da 9ª Controladoria Técnica, responsável pela fiscalização dos Poderes do Estado e Ministério Público.*



DEZ OPORTUNIDADES PARA APRENDER MAIS

Definido como ano de orientação, 2013 já está com a agenda de capacitação aos jurisdicionados cheia. Em parceria com a Associação dos Municípios (Amunes), com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e com o Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) realiza até julho dez seminários regionais, que permitirão levar informações técnicas, in loco, aos servidores municipais.

Segundo o presidente Carlos Rana, a orientação acerca do controle dos gastos públicos e do fomento ao ambiente de negócios é muito im-

portante para o desenvolvimento das cidades, em especial as do interior.

O presidente lembrou que no ano passado foram capacitados 2,9 mil jurisdicionados. A meta, neste ano, é levar conhecimento a quatro mil. “Vamos orientar bem para fiscalizar com rigor. O Tribunal de Contas é parceiro dos que desejam fazer corretamente. Para estes, estendemos o tapete vermelho”.

Os dez seminários serão realizados em cidades-polo, beneficiando os 78 municípios do Estado. Em palestras, serão tratados temas como institutos de previdência, planejamento estratégico, PPA e LOA e nova con-

tabilidade pública. Por intermédio de oficinas e cursos, os servidores receberão informações sobre Geo-Obras, controle interno, licitações e contratos, e limites de gastos em saúde, educação e pessoal.

Palestra a ser proferida pelo Tribunal de Justiça dará informação aos jurisdicionados acerca de execução fiscal; enquanto que palestrantes dos governos federal e estadual, do Banes e do BNDES falarão sobre captação de recursos pelos municípios. A Secretaria de Estado de Transparência dará importante recado sobre transparência na administração pública. ▀

CONFIRA O CALENDÁRIO



18 a 21 de março – Região Central-Serrana

Local: Santa Teresa

Municípios: Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa

15 a 18 de abril – Região Sudoeste-Serrana

Local: Venda Nova do Imigrante

Municípios: Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante

23 a 26 de abril – Região Metropolitana

Local: Auditório do TCE-ES e Faesa

Municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Fundão, Viana e Guarapari

06 a 09 de maio – Região Rio Doce

Local: Linhares

Municípios: Aracruz, Ibiracu, João Neiva, Linhares, Sooretama e Rio Bananal

03 a 06 de junho – Região Central-Sul

Local: Cachoeiro de Itapemirim

Municípios: Apiacá, Atilio Vivacqua, Castelo, Cachoeiro do Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e Vargem Alta

17 a 20 de junho – Região Litoral Sul

Local: Piúma

Municípios: Alfredo Chaves, Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataizes, Piúma, Presidente Kennedy e Rio Novo do Sul

24 a 27 de junho – Região Noroeste

Local: Nova Venécia

Municípios: Água Doce do Norte, Águia Branca, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantemópolis, Nova Venécia e Vila Pavão

01 a 04 de julho – Região Centro-Oeste

Local: Colatina

Municípios: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, Vila Valério, São Gabriel da Palha, São Domingos do Norte e São Roque do Canaã

15 a 18 de julho – Região Caparaó

Local: Ibatiba

Municípios: Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado

22 a 25 de julho – Região Nordeste

Local: São Mateus

Municípios: Boa Esperança, Conceição da Barra, Jaguaré, Montanha, Mucurici, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo e São Mateus